

TABACO ILÍCITO

Deputado solicita audiência pública para debater contrabando de cigarros **Parlamento permanece desatento ao Protocolo do comércio ilícito da CQCT**

Sem fazer menção ao Protocolo do Comércio Ilícito dos Produtos de Tabaco, tratado da OMS já assinado por 16 países, e em análise no Ministério da Saúde, o deputado federal Alceu Moreira (PMDB-RS), da Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Desenvolvimento Rural, protocolou requerimento para a realização de audiência pública para debater medidas contra o cigarro ilegal.

Entre os convidados, a Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (AMPROTABACO), a Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO), o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO), o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), o Fórum Nacional Contra a Pirataria (FNCP), o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF), a Polícia Federal, o Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal, a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), a Receita Federal e as Receitas Estaduais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Representantes dos setores ligados à saúde não estão entre os convidados.

Em sua justificativa, o deputado utilizou o documento “o custo do contrabando”, produzido pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf) em parceria com a Empresa Gaúcha de Opinião Pública e Estatística (EGOPE), que concluiu que o lucro do contrabando oscila de 179% a 231%, apenas 5% a 10% sofrem apreensões, e que aproximadamente 15 mil pessoas estão envolvidas com o mercado ilegal, somente na Foz de Iguaçu.

Fonte: Câmara – Edição: SE-Conicq

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2083034>